

DATA MONETIZATION: IS IT A POSSIBLE REALITY?

MONETIZAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS: UMA REALIDADE POSSÍVEL?

Flávia Lubieska N. Kischelewski¹[0009-0003-9572-3884] and Humberto De Jesús Ortiz Rodríguez²[0000-0001-6382-4021]

¹ Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Brazil

² Universidad del Zulia, Departamento de Derecho, Venezuela
flavialubieska@hotmail.com, humbertodejesusortiz@gmail.com

Abstract. This abstract investigates the viability of personal data monetization in Brazil, analyzing its risks for data subjects and the possibility of their direct involvement in this process. Currently, data monetization is a predominant B2B (business-to-business) operation, where data subjects remain on the sidelines, not participating economically in the process. The main Brazilian legislation for the protection of data subjects, the General Personal Data Protection Law (LGPD), is relatively new, and the legal doctrine on the topic is still under development, with a need for expansion on topics such as personal data monetization. In 2023, Brazil took a pioneering step with the proposal of Complementary Bill (PLC) No. 234, which aims to create the General Data Empowerment Law and a Brazilian Data Monetization Ecosystem. The objective of the PLC is to allow data subjects to commercialize their data and share in the economic benefits of this market. The research, which is bibliographical and deductive in nature, sought to identify and confirmed the non-existence of similar legislation in other Latin American countries, where data protection also does not address personal data monetization, but where legal scholars have been focusing on this complex issue⁶. The results of the study show that, although PLC 234/2023 proposes an ecosystem that can generate economic value for data subjects, it presents significant challenges, such as the absence of an impartial intermediary to defend the interests of data subjects, unlike the European Data Governance Act model. Furthermore, the national proposal for a monetization ecosystem based on the model of a private company raises concerns about partiality and the real protection of data subjects' rights. The PLC also does not address the monetization of data generated by third-party devices, which can be associated with a

¹ Lawyer in Curitiba, Paraná, Brazil, specializing in contract, corporate, and digital law. Master's degree in Law from the Brazilian Institute of Education, Development, and Research in Brasília (IDP), currently pursuing a master's degree in business law from the University of Mendoza, Argentina, <http://lattes.cnpq.br/1683570558467036>.

² Lawyer. Management Specialist, Postgraduate in Digital Law. Master's in Public Administration and Management, Master's in Legal Practice, Economist & Jurist. PhD in Political Science. Legal and Business Consultant. International Executive in the areas of Legal, Compliance, and Privacy and Personal Data Protection.

data subject but are not considered personal data in the strict sense. In conclusion, although personal data monetization is already a lucrative reality for companies, its extension to data subjects requires a multifaceted approach¹⁰. PLC 234/2023 is an advance for seeking to make the new legislation compatible with the LGPD, the Civil Code, and other applicable laws, but the guarantee of safe monetization with mitigated risks for the data subject will require a broad debate, including the participation of the National Data Protection Authority (ANPD).

Keywords: Monetization, Personal Data, PL 234/2023, General Data Empowerment Law, LGPD.

Resumo. O resumo deve apresentar o conteúdo do artigo incluindo objetivos, metodologia, resultados e conclusões. 150-250 palavras. Este resumo investiga a viabilidade da monetização de dados pessoais no Brasil, analisando seus riscos para os titulares e a possibilidade de envolvimento direto destes nesse processo. Atualmente, a monetização de dados é uma operação majoritariamente B2B (empresa para empresa), onde os titulares permanecem à margem, não participando economicamente desse processo. A legislação de referência no Brasil de proteção aos titulares, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), é relativamente nova e a doutrina jurídica sobre o tema ainda está em desenvolvimento, havendo necessidade de expansão em temas como a monetização de dados pessoais. Em 2023, o Brasil deu um passo pioneiro com a proposta do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 234, que visa criar a Lei Geral de Empoderamento de Dados e um Ecossistema Brasileiro de Monetização de Dados. O objetivo do PLC é permitir que os titulares de dados possam comercializá-los e compartilharem dos benefícios econômicos desse mercado. A pesquisa, de natureza bibliográfica e dedutiva, buscou identificar e apurou a inexistência de legislações semelhantes em outros países da América Latina, nos quais a proteção de dados tampouco trata da monetização de dados pessoais, mas nos quais doutrinadores vêm se debruçando sobre esse tema complexo. Os resultados do estudo demonstram que, embora o PLC 234/2023 proponha um ecossistema que pode gerar valor econômico para os titulares, ele apresenta desafios significativos, como a ausência de um intermediário imparcial para defender os interesses dos titulares, ao contrário do modelo europeu do *Data Governance Act*. Além disso, a proposta nacional de um ecossistema de monetização com base no modelo de uma empresa privada levanta preocupações sobre parcialidade e a real proteção dos direitos dos titulares. O PLC também não aborda a monetização de dados gerados por dispositivos de terceiros, que podem ser associados a um titular, mas não são considerados dados pessoais em sentido estrito. Como conclusão, embora a monetização de dados pessoais já seja uma realidade lucrativa para as empresas, sua extensão para os titulares exige uma abordagem multifacetada. O PLC 234/2023 é um avanço por buscar compatibilizar a nova legislação com a LGPD, o Código Civil e outras normas aplicáveis, mas a garantia de uma monetização segura e com riscos mitigados para o titular exigirá um amplo debate, incluindo a participação da Autoridade Nacional da Proteção de Dados (ANPD).

Palavras-chave: Monetização, Dados Pessoais, PL 234/2023, Lei Geral de Empoderamento de dados, LGPD.

References

1. ALFONSO ROJAS, Juan Ricardo; LORIET DIAZ, Sthefany.; RAMÍREZ MONTÚFAR, Alvar Hernando. **Efecto de la monetización de datos personales, provenientes de plataformas digitales, sobre el derecho a la privacidad.** Revista Lex, [S. l.], v. 6, n. 22, p. 319–, 2023. DOI: 10.33996/revistalex.v6i22.164. Disponível em: <https://www.revistalex.org/index.php/revistalex/article/view/219>. Acesso em: 26 jul. 2025.
2. BRAZIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Brasília, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 06 jun. 2025.
3. BRAZIL. Projeto de Lei Complementar nº PLP 234/2023, de 01 de novembro de 2023. Institui a Lei Geral de Empoderamento de Dados, dispõe sobre o Ecossistema Brasileiro de Monetização de Dados, altera a Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, e as Leis nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, nº 10.833, de 29 de dezembro de 2000, nº 12.965, de 23 de abril de 2014, e nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e dá outras providências. Brasília, Autor: Arlindo Chinaglia - PT/SP. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2401133>. Acesso em: 06 jun. 2025.
4. CAÑAS O., Sebastián, **Explotación de datos personales como precio excesivo: Una revisión del caso Bundeskartellamt c. Facebook**, Investigaciones CeCo (octubre, 2023), <https://centrocompetencia.com/wp-content/uploads/2023/10/Explotacion-de-datos-personales-como-precio-excesivo-una-revision-del-caso-Bundeskartellamt-c-Facebook-Canas-Sebastian.pdf>.
5. GÓMEZ GÓMEZ, Maria Paula. **El nuevo oro de la era digital: la cláusula de monetización de datos personales (MODA) y su validez en Colombia.** Universidad de los Andes. 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1992/53989>.
6. MACHADO, Mariana Paim; KLINGENBERG, Cristina Orsolin; ABREU, Jaqueline Lilge; BARBASTEFANO, Rafael; LACERDA, Daniel Pacheco. Business processes for data monetization: an exploratory analysis and proposition of design patterns. **Business Process Management Journal**, [S.L.], v. 31, n. 4, p. 1528-1559, 7 nov. 2024. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/bpmj-02-2024-0079>.
7. KISCHELEWSKI, Flávia Lubieska das Neves. Serviços de Intermediação de Compartilhamento de Dados: análise à luz do Data Governance Act e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. São Paulo: Dialética,
8. RITALA, Paavo; Keränen, Joonas; Fishburn, Jessica; Ruokonen, Mika. **Selling and monetizing data in B2B markets: Four data-driven value propositions.** Technovation, Volume 130, 2024.
9. VALADÃO, Rodrigo Borges. Monetização dos Dados Pessoais: a nova fronteira da privacidade. **Academia.Edu**, [s. l.], p. 1-40, 2025. Disponível em: https://www.academia.edu/129225001/Monetiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Dados_Pessoais_A_Nova_Fronteira_da_Privacidade. Acesso em: 15 jun. 2025.
10. WIXOM, Barbara H.; BEATH, Cynthia M.; OWENS, Leslie. **Data Is Everybody's Business: the fundamentals of data monetization.** Cambridge: Mit Press, 192 p.
11. XIN, Zhang; WEI, Thoo Yue; YUGANG Yu; XIONG Zhang. **How to monetize data: An economic analysis of data monetization strategies under competition.** Decision Support Systems, Volume 173, 2023.